

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – POLO PALMEIRA

A RUDEZ DO HOMEM DO CAMPO E SUA CARÊNCIA DE ESTUDOS DESCRITA
NA OBRA *SÃO BERNARDO* DE GRACILIANO RAMOS

PALMEIRA

2014

ALINE SONÁLIO

A RUDEZ DO HOMEM DO CAMPO E SUA CARÊNCIA DE ESTUDOS DESCRITA
NA OBRA *SÃO BERNARDO* DE GRACILIANO RAMOS

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção de certificação do curso de especialização
em Educação do Campo pelo polo de Palmeira da
Universidade Federal do Paraná.
Prof. Orientador: Douglas Ortiz Muller

PALMEIRA

2014

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 OBJETIVOS.....	05
2.1 Objetivo geral.....	05
2.2 Objetivos específicos.....	05
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	05
3.1 O desenvolver da Educação no Campo.....	05
3.2 A literatura.....	08
3.3 Apresentação da obra.....	09
3.4 O comportamento da personagem campestre.....	11
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

A RUDEZ DO HOMEM DO CAMPO E SUA CARÊNCIA DE ESTUDOS DESCRITA NA OBRA *SÃO BERNARDO* DE GRACILIANO RAMOS

1 INTRODUÇÃO

O campo é um objeto de estudos intensamente observado. Sabe-se da importância da sua existência e da sua manutenção, e mesmo assim, está sempre em segundo plano, deixado de lado pelo próprio governo, que deveria prestar-lhe maior assistência. As necessidades do campo são múltiplas e, em geral, não atendidas.

O homem é o elemento central no campo, é através dele que o campo se desenvolve. Estudar o homem do campo é o melhor subsídio que se tem para entender suas necessidades, suas motivações e seu comportamento, na maior parte do tempo, rude.

O estudo, que tantas vezes lhe foi negado, é para ele um meio de vencer a rudeza e de seguir em frente, de atingir um novo nível de vida. A carência do sistema educacional no campo vem da falta de empenho para o seu bom funcionamento.

Através deste estudo pretendo, por meio da análise e descrição da obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, caracterizar este homem do campo, o homem brutal e rude, desprovido de sentimentalismo, e não escolarizado que habita o campo. A obra modernista foi escrita em 1934 e apresenta a personalidade da vida campestre.

Visto que a obra modernista desenvolvida na década de 30 promoveu um retorno ao Realismo/Naturalismo, Graciliano escolheu, na obra *São Bernardo*, trabalhar o Naturalismo, descrevendo paisagens naturais, trabalho com animais, modos rudes dos trabalhadores braçais, enfim, a relação do homem com a natureza. Em especial, deseja-se verificar com este estudo o comportamento rude do homem do campo, tendo como base o comportamento de Paulo Honório, personagem principal da obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, produzida justamente em 1934, período modernista que retoma características realistas e naturalistas da literatura do século XIX.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral: situar a literatura dentro da Educação no Campo.

2.2 Objetivos Específicos: contextualizar a literatura na vida do campo; inteirar o aluno da visão que a literatura tem da sua realidade.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 O desenvolver da Educação do Campo

A cultura rural manifesta-se de diversas formas, em diversos aspectos. Em determinadas situações a manifestação desta cultura é discriminada, por apresentar-se de forma distanciada daquela cultura chamada urbana. Prado Júnior (1979), Martins (1985) e Oliveira (2001) mencionaram essa discriminação expondo que as relações de poder e produção do rural foram construídas sob a lógica de uma sociedade excludente, discriminatória, injusta que teve sua saga iniciada junto ao desequilibrado processo de divisão de terras do Brasil Colônia. Atualmente, considerando-se a evolução da educação direcionada ao campo, que tem gerado uma valorização desta cultura, percebe-se uma aceitação da mesma.

A educação rural tem sua história atrelada ao mundo da produção capitalista dos contextos urbanos. Esta política educacional chegou ao campo com uma essência socioeducacional baseada nas propostas da escolarização urbana, em versões de projetos, campanhas e palavras de ordem que vinham intencionadas com o desejo de conter a população rural nos seus lugares de origem, ainda que sem condições dignas de neles sobreviverem.

A educação apresentou-se precária no campo por um longo período de tempo. Pensava-se não haver necessidade de uma educação qualificada para esta população que não precisava se preparar para a vida urbana, e que pouco precisava conhecer de tal realidade para continuar a sua vida no meio rural.

A escola rural representava o local onde se pretendia dizer que se estuda. De fato, pouco de escola poderíamos encontrar nos contextos destas instituições espalhadas pelo interior do Brasil; escolas sem qualquer condição de abrigar suas

crianças para o mínimo de ambiente qualitativo de aprendizagem. Aprende-se por conviver com o outro (esta riqueza que a relação com o outro nos proporciona), mas não por haver no contexto institucional, o primordial e necessário aparato que as escolas exigem para que o “ambiente educativo” (onde o saber elaborado ganha cenário para instalar-se como propriedade e função social da escola) esteja disponível aos seus educandos e educadores.

O sucesso e o bom funcionamento desta instituição não representava importância a nenhum grupo. Por que, afinal, nem sempre convém que a população toda seja educada com os mesmos valores. A população urbana sempre esteve mais envolvida nos acontecimentos sociais, culturais e, especialmente, políticos, portanto, deveria ser educada para conviver com estes aspectos. Diferentemente da população rural que, em geral, não estava situada nestes acontecimentos e convinha aos governantes que permanecessem afastados.

O sujeito que se educa é o sujeito que conhece sua história de direitos e deveres sociais, é o sujeito que se pronuncia como um sujeito de direitos (TELLES, 1999). Permitir que a população rural conhecesse todo o contexto urbano implicaria em agrupar a mesma à urbanização e agregar a esta cultura os mesmos direitos da população urbana. Na lógica do capital, o rural, sua história de equívocos sociais, ambientais, políticos e culturais precisaria ser contido. Basta, ainda seguindo esta lógica capitalista e consumista, que o meio rural seja um quintal que produz, que exporta, ou que alimenta o urbano e sua sede de possuir, ter e ser a referência de cultura e conhecimento socialmente reconhecido. O rural abriga a todos em sua quase “benevolente” abundância natural, a cidade o contempla de longe, tanto no olhar distante, como na construção simbólica de distantes mundos e privilégios.

É possível afirmar, que entre o mundo dos privilegiados e 'desprivilegiados' sociais, reinava ainda os matizes discriminatórios de cor, de credo, de gênero, de escolarização, e toda essa discriminação sendo acentuada pelo fato de se tratar do meio rural, fugindo dos limites da 'civilização burguesa'.

Em fins dos anos 50 e começo dos anos 60 um esforço rural combativo estaria por repercutir para além dos seus territórios invisíveis a olhos nus e quase indiferentes da sociedade brasileira (PAIVA, 2003; PALUDO, 2001). A educação popular transformadora que contextualizou a prática pedagógica nas comunidades provavelmente ao redor da escola, trouxe um novo referencial de educação para o povo do meio rural. A educação popular, entre a fé cristã de vida e de luta,

inegavelmente trouxe para o contexto de mobilização social nos rurais do país, o potencial da educação de militância, inconformismo e rebeldia política.

A Educação Popular (EP), surgida nos meados do século XX, contrapõe-se ao que se instituiu como política educacional para todos. Da EP emerge o desejo da transformação da educação e questionamentos sobre a escola para a classe trabalhadora, esta instituição que não contempla seus sujeitos e ambientes, ou que os faz querer fugir do que possuem como sujeitos de mundos próprios, produtos e produtores da história da sociedade como um todo. A Educação Popular passa a enxergar estes sujeitos num processo encantador de criadores e criatura onde “educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem [...]” (FREIRE, 1983, p. 25).

O potencial transformador da educação é percebido, nos anos 60, pelos educadores populares questionadores do potencial pedagógico politizador da escola formalmente instituída. Estes educadores acreditavam que frequentar a escola não garantia a qualidade de formação dos sujeitos que eram, neste contexto, vistos como desprivilegiados da sociedade capitalista brasileira. Os direitos eram em seu todo desiguais. Alguns frequentavam a escola e não se viam parte dela, outros nem sequer tinham o direito de frequentá-la. A EP se dispunha ao alcance dos jovens, dos adultos, dos filhos de muitos desses, nos meios rurais e urbanos. A educação popular, por vezes assistencialista, militante ou evangelizadora (PAIVA, 2003), trocava em miúdos os desencantos da sociedade que os explorava e que os queria guardados como população sob controle e vigília, avançando apenas quando necessário fosse, para a ordem do capital e poder.

Durante a Ditadura Militar, entre 60 e 70, diversos movimentos sociais, firmes e consistentes, conseguiram se manter inabaláveis em seu objetivo de luta, chegando sem maiores abalos ou prejuízos aos anos 80, segundo Gohn (2002). Tendo chegado aos anos 80, estes movimentos foram alavancados e impulsionados pela Constituição de 88, que, após enfrentar batalhas políticas acirradas, possibilitou a busca pelo sujeito/cidadão de direitos. A partir do surgimento desta constituição abre-se uma nova porta para os direitos sociais no Brasil, uma nova condição social se formula dentro das políticas públicas. Dentro deste processo, a força dos movimentos sociais vem a dar impulso para a educação rural.

3.2 A literatura

A literatura tem função de destaque em nossa sociedade, portanto convêm que a estudemos de maneiras variadas, para que através dela possamos compreender melhor a formação da sociedade em aspectos diversos. Através da literatura podemos, por exemplo, saber quais eram os costumes, as crenças e o modo de vida das pessoas em tempos diferentes do nosso.

Coutinho e Carvalhal (1994, p. 218) descrevem literatura como “(...) uma das manifestações específicas da atividade espiritual do homem (...). Pode-se então, estudá-la como função fundamental sem consideração de tempo ou lugar.” Ela é uma manifestação da mais pura arte desenvolvida pelo homem, e não só da arte como da beleza, do sentimento, do imaginário e do real, enfim, ela se dispersa pelo mundo de formas tão variadas que nem sequer podemos ter controle sobre ela. Segundo os autores, ela deve ser estudada como função fundamental, e isso nos basta para percebemos a dimensão da sua importância, o que é percebido também ao ler-se “sem consideração de tempo ou lugar”, essa afirmação diminui tudo o que se tente comparar com literatura, porque afinal tudo tem um tempo e um lugar; se não os dois elementos, ao menos um deles; e a literatura não, ela não necessita destes fatores superficiais, existe por si só em qualquer tempo e em qualquer lugar, sem ater-se a tempo ou lugar determinado.

A literatura apresenta variadas formas de estudo. Uma forma de uso comum é a comparação. Busca-se, em geral, compará-la, entenda-se comparar obras ou escritos literários, à vida real. Compara-se a história que se lê com a forma que se vive. Compara-se o comportamento da personagem com o próprio comportamento. Assim verifica-se novamente o ditado que diz que a vida imita a arte, ou vice e versa: a obra é escrita imitando a vida real e a vida real pode ser infinitamente comparada à arte literária.

A comparação é uma espécie de instinto que o ser humano desenvolveu como auxílio para a sua sobrevivência: o homem compara situações visando perceber sempre o que é melhor para si e para a sua família, sua comunidade, ou as pessoas de sua convivência. Segundo Carvalhal (2003, p. 06), “Comparar é um procedimento que faz parte da estrutura de pensamento do homem e da organização da cultura”. Comparar é um processo involuntário, ou seja, está inserido em nosso pensamento mesmo que não percebamos. Tendemos a comparar sempre

o meio em que vivemos, as situações que vivemos, as pessoas que encontramos, enfim, tudo que está ao nosso alcance. E, embora os estudos sobre a comparação sejam recentes, ela existe desde que existem os homens, que desde o início do mundo já se preocupavam com a própria sobrevivência.

Para Matthew Arnold (1857, in Coutinho e Carvalhal, 1994), toda literatura tem influência de outra literatura ou de acontecimentos subsequentes:

Por toda parte existe conexão, por toda parte há exemplificação: nenhum acontecimento isolado, nenhuma literatura isolada pode ser adequadamente compreendida a não ser em relação a outros acontecimentos, a outras literaturas.

Não há um acontecimento isolado, como também não há uma literatura isolada. Um acontecimento é gerado por outro anterior, como também gera um próximo, e uma literatura surge de uma anterior e gera uma próxima. Interligando estes elementos temos como resultado acontecimentos que geram literaturas, e a medida que novos acontecimentos surgem, surgirão também novas literaturas. Não há uma originalidade absoluta na vida real, como já disse Coutinho (1966, p. 64), também “(...) Não há originalidade absoluta em literatura.” E esta observação intensifica o que já havia dito Arnold (1857).

3.3 Apresentação da obra

São Bernardo é uma obra de 1934, do escritor Graciliano Ramos. A obra é de um período denominado modernismo. Este período é descrito pela teoria literária como o 9º período literário da história (Amora, 1973, p. 13). Ocorrido entre 1922 e 1945, representa uma mudança expressiva na sociedade. Bosi (1994, p. 389) explica:

Socialismo, freudismo, catolicismo existencial: eis as chaves que serviram para a decifração do homem em sociedade e sustentariam ideologicamente o romance empenhado desses anos fecundos para a prosa narrativa.

Podemos dizer então que a prosa narrativa deu um salto neste período, tornando-se mais reconhecida e valorizada. Neste período, segundo esta explicação de Bosi (1994), algumas linhas de pensamento direcionaram seus estudos para a decifração do homem. Com isso se explica essa descrição tão minuciosa que

Graciliano fez de sua personagem. A tentativa era dar um objeto para o estudo do comportamento humano, por que embora o romance seja uma ficção, devemos reconhecer que tipos como Paulo Honório – personagem principal, no qual está focado este estudo – realmente existem.

O modernismo dos anos 30 teve uma característica que, embora não nos pertença neste estudo, deve ser, por este mesmo motivo, explicada: trata-se do regionalismo. Graciliano descreveu em suas obras o nordeste brasileiro. As personagens por ele criadas eram figuras do campo, do trabalho brutal de uma região pré-estabelecida. Este trabalho, no entanto, busca conhecer e descrever o homem do campo de qualquer região do país, com base neste descrito por Graciliano, porque, afinal, não há uma classificação que classifique o homem do campo do norte, o homem do campo do sul, enfim, a busca neste caso é pelo sentimentalismo do homem centrado no campo, independente da região em que se alojou.

Em *São Bernardo* não se fala em escravo propriamente dito por que em 1934, ano em que o romance fora escrito, já não se falava muito sobre isso, porém, vamos perceber, ao longo da leitura que Paulo Honório tratava os empregados da fazenda como escravos. Os processos de transição e desordem no governo também acabaram por se destacar na produção literária, já que, neste período, esse processo estava causando grande alvoroço.

Outra característica do período Modernista em que focamos é o fenômeno do retorno ao Realismo, que é explicado assim por Lafetá (2004, p. 65): “(...) a politização dos anos 1930 descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia (...)”. Estes ‘romances de denúncia’, como denominou Lafetá, tinham o intuito de abrir os olhos do povo para os problemas sociais. Estes problemas eram expostos nos textos fictícios para que a crítica social fosse ouvida, mas de maneira velada. As críticas feitas há tantos anos atrás repercutem até hoje na sociedade. Lafetá ainda diz que o período modernista tem relação direta com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, então não é sem motivo que em *São Bernardo* Graciliano Ramos dá tanta ênfase na condição econômica de seu protagonista, fazendo dele um homem que preza pelo dinheiro e pelo poder, tornando-se, com isso, rude e desinteressado em relações afetivas que não lhe trouxessem algum lucro econômico.

Bosi (1994, p. 169) apresenta uma característica do Realismo, aplicada ao Modernismo (este que dá retorno ao Realismo) que vem de encontro a este estudo:

Desnuda-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e buscam-se para ambas causas naturais (*raça, clima, temperamento*) ou culturais (*meio, educação*) que lhe reduzem de muito a área de liberdade. O escritor realista tomará a sério as suas personagens e se sentirá no dever de descobrir-lhes a verdade, no sentido positivista de dissecar os móveis do seu comportamento.

Mais uma vez, usa-se a verdade como meio para atingir o público. O autor deve desvendar as verdades de suas personagens para que seu leitor se identifique com a história, e passe assim a interessar-se mais por ela. Porém, as verdades são buscadas, segundo Bosi, em aspectos naturais ou culturais. Supõe-se então, na história apresentada, que Madalena, a esposa de quem se desconfia ter traído o marido, tenha traído Paulo Honório por causa da educação que recebeu, ou por conta de sua raça, ou para mostrar a ele que ela não era sua posse.

Como já está explicitado, a obra de Graciliano é do período modernista que trás em sua essência características do Realismo. Quanto a isso relata Bosi (1994, p. 402):

O realismo de Graciliano não é orgânico nem espontâneo. É crítico. O 'herói' é sempre um problema: não aceita o mundo, nem os outros, nem a si mesmo. Sofrendo pelas distâncias que o separam da placenta familiar ou grupal, introjeta o conflito numa conduta de extrema dureza que é a sua única máscara possível (...).

O 'herói', nas palavras de Bosi, vive cercado por problemas que nem ele mesmo é capaz de resolver, portanto isola-se de amigos e companhias que possivelmente lhe questionariam, para se ver livre de explicações. O isolamento é o que lhe torna rude, desprovido de qualquer demonstração de sentimento que possa lhe aproximar de alguém.

3.4 O comportamento da personagem campestre

O narrador aqui é Paulo Honório, e a história é contada do seu ponto de vista. Assim descreve-se: "(...) me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinqüenta anos pelo São Pedro." (p. 12 cap. 3).

Paulo Honório é o dominador de toda a história e de suas personagens. Segundo Antônio Candido (1992, p. 24), ele vive em função do seu sentimento de propriedade. E, segundo Viana (1990, p. 133), representa o fazendeiro inescrupuloso que ambiciona colocar a seu serviço não só as pessoas, mas o mundo todo. Paulo Honório é o típico sujeito que cresceu aprendendo que pode ser dono de tudo o que desejar. Apesar de ter nascido em berço pobre, aprendeu a impor força para atingir seus objetivos e jamais admitiu perder, por mais que vencer significasse submeter as pessoas e abrir mão de algumas amizades. Convencido do seu poder dominador, Paulo Honório não se importa com os meios que emprega para adquirir o que quer.

Para Lafetá (2004, p. 81), apresenta-se nesta obra a construção de um burguês, é o representante da modernidade que está entrando no campo brasileiro. “(...) é o emblema complexo e contraditório do capitalismo nascente, empreendedor, cruel, que não vacila diante dos meios e se apossa do que tem pela frente, dinâmico, transformador.” Isso é tudo que Lafetá (2004, p. 81) relata a respeito de Paulo Honório: um homem cruel que se aproveita da fraqueza de outros para se apossar de tudo quanto deseja, e que transforma tudo a seu modo. É, ao mesmo tempo, um empreendedor de sucesso, já que tem grande poder aquisitivo. Representa a modernidade em seu tempo, devido a este mesmo poder de aquisição, e ao se inserir no sertão, pode ser a grande promessa de mudança.

A face dominadora de Paulo Honório é explicada por Lafetá (2004, p. 91), em defesa do protagonista:

A vida agreste, que o fez agreste, é a culpada por Paulo Honório não ser capaz de enxergar Madalena. A vida agreste são as lutas pela propriedade, pelo rebanho, pelas plantações de algodão e mamona, pelo poder e pelo capital. O homem agreste é aquele ser no qual se transformou Paulo Honório: egoísta e brutal, não consegue compreender a mulher, pois é incapaz de senti-la em sua integridade humana e em sua liberdade, e a considera apenas como mais uma coisa a ser possuída.

E isso o autor já havia alegado, em defesa de seu protagonista, ao declarar nas palavras de Paulo Honório:

“Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte! A desconfiança é também consequência da profissão.” (p. 187; cap. 36).

O homem do campo declara-se portanto, brutal e egoísta, e admite ter adquirido tais qualidades no trabalho braçal a que se dedicou durante a vida. O homem campestre tem motivos suficientes para sentir alegria na vida, já que tem o privilégio de estar em contato constante com a natureza, com os animais, enfim, com formas vivas, diferentemente da cidade, com tantas formas mortas. No entanto, isolado, sente-se sozinho e torna-se rude.

Os motivos do seu isolamento são variados, e aqui posso apresentar um milhão deles, porém devo me ater a alguns: Paulo Honório isolou-se por ser dominador e ganancioso, mas ele faz parte de uma minoria. A grande parte da população do campo se isola por motivos lamentáveis. Alguns por não ter condições de estudos. A falta de estudos torna o homem envergonhado. A vergonha por ter uma linguagem diferente o isola. Outro motivo é a falta de condições, exatamente contrário ao modo de vida do nosso protagonista, muitos sentem-se envergonhados por não ter boas roupas, ou belas casas, ou alimento suficiente. Mais um motivo para se isolar e tornar-se rude, antissentimentalista. Há aqui um contraste: um se isola por ter muito e não querer dividir, outro se isola por não ter quase nada, e sentir-se envergonhado com isso.

O acesso ao estudo é o bem mais almejado pela parcela da população que se sente inferiorizada. Estudar é, para eles, sinônimo de perder a rudeza da vida. Conhecer o mundo. Saltar para o crescimento. Quando vê este bem lhe sendo negado o homem do campo sente-se ainda mais inferiorizado, por que este é o homem que segue meios tradicionais, coerentes e não corruptos de se vencer na vida, visando sempre manter-se honesto e bem visto pelos demais, não aceitando meios ilícitos que possam se tornar um meio de rejeição dele para com os demais. Este homem não perde jamais o hábito e a dignidade de poder olhar para os demais, manter suas amizades e crescer no respeito e na admiração, bem como nas condições de manter sua família. Volto a ressaltar que me refiro aqui ao homem com acesso à educação (caso nem sempre comum a todos no campo).

Para Abdala Júnior e Campedelli (1990, p. 266), "Paulo Honório começou de baixo para 'vencer na vida' e aquilo que seria em princípio a vitória da personagem (o enriquecimento) tornou-se o motivo de sua miséria humana." Podemos então julgar a nosso modo o caráter de Paulo Honório: um homem que sofreu dificuldades, mas conseguiu vencer, por meios não muito convencionais, e foi condicionado, pelas condições de vida, a pensar que as pessoas deveriam se curvar à sua

passagem, e que tudo quanto desejasse lhe seria cedido. Vítima destes ideais, nem se deu conta de que havia adquirido egoísmo e brutalidade, percebendo tais defeitos quando já era impossível reparar os danos causados não somente aos outros, mas principalmente a si mesmo.

Os meios ilícitos utilizados por Paulo Honório foi que o tornaram isolado. Primeiro por que conseguindo uma grande quantidade de bens materiais, pensou ter-se tornado superior aos demais. Deixou-se assim levar pela riqueza e acreditou ser desnecessária a quantidade de amigos que o cercavam. Dispensou-os todos. Segundo por que para conseguir toda a sua propriedade, deu golpes em seus próprios amigos. De golpe em golpe apossou-se da fazenda que almejava e reuniu muitos bens. Depois de tudo isso que amigo teria dignidade para novamente relacionar-se com aqueles a que golpeou? Mesmo que inconscientemente a consciência não lhe permitiu que mantivesse as amizades.

Descreve-nos Lafetá (2004, p. 82): “Depois da posse de São Bernardo vem a posse de Madalena (...)”. Mais uma vez Paulo Honório emprega seus meios não convencionais para uma nova aquisição: desejava ter um herdeiro para sua propriedade, mas antes precisava encontrar mãe para seu filho. Analisou algumas mulheres e, percebendo que Madalena lhe serviria, optou por casar-se com ela, com o intuito de dominá-la, assim como fazia com os peões de sua fazenda. Observe-se bem que Paulo Honório não queria uma esposa. Queria uma mulher a quem pudesse ter como posse. Em quem pudesse mandar e que lhe desse um herdeiro que pudesse preparar para a futura posse da fazenda. Sua falta de sentimentalismo, ou a falta de demonstração do seu sentimentalismo, fazem com que seja rude também com ela.

Casou-se com Madalena, como ele mesmo descreveu, uma senhora “(...) moça, loura e bonita.” (p. 58; cap. 12). O ‘acordo’ do casamento, de início, não envolvia amor. Acontece que Paulo Honório, que era muito calculista, achou este o momento propício e o casamento oportuno para que novamente fosse visto como vitorioso entre os demais de sua classe. Esta era uma qualidade de Paulo Honório: sabia reconhecer um momento oportuno e exato, e foi assim que conseguiu apossar-se de seus bens, inclusive agora da mulher.

Havia, porém, um fator que impedia a felicidade deste casamento, que foi assim descrito por Candido (1992, p. 26): “(...) para adaptar-se (*ao casamento*), teria sido necessária a Paulo Honório uma reeducação afetiva impossível a sua

mentalidade, formada e deformada.” Portanto o casamento foi infeliz, já que o marido tinha um caráter rude e brutal que não lhe permitia qualquer mudança de comportamento. Na sua concepção, se havia alguém que precisava mudar, esse alguém deveria ser Madalena.

Madalena era uma mulher de personalidade tão forte quanto a de Paulo Honório, porém, ela não utilizava de sua força para apossar-se das coisas. A sua personalidade era, então, um empecilho para o marido que, após o casamento, almejava apossar-se dela. Segundo Candido (1992, p. 26) “(...) Madalena, a mulher – humanitária, mãos-abertas - não concebe a vida como relação de possuidor a coisa possuída” e, portanto, não admite ter que se submeter ao domínio do marido, que se vê agora perdedor. Para Lafetá (2004, p. 93), “O dinamismo de Paulo Honório encontra-se constringido, impedido de se desenvolver plenamente, pois Madalena não se submete.” Esta desobediência da mulher aumenta o seu desejo de dominação, se tornando um instinto de vingança, e gerando em Paulo Honório a desconfiança. Por sua vez, Madalena percebe que o marido só será feliz ao vê-la submissa, mas seu conhecimento de mundo e seus ideais não permitem que isso aconteça. Esclareça-se aqui que Madalena é uma mulher com estudos. Paulo Honório conheceu-a professora e aproximou-se dela com proposta de dar aulas aos meninos, filhos dos peões da fazenda. Após conseguir o que queria – o casamento – desfez a proposta e ela passou a ter vida de mulher casada, que ocupa-se inteiramente de cuidar da casa e do marido. Os defeitos do marido passam a incomodá-la e cada dia mais ela percebe o erro que cometeu casando-se com ele.

Lutam os dois até o fim: ele, na esperança de que ela se submeta, tenta de todas as formas torná-la inferior; ela, na esperança de que o marido se torne um homem melhor, luta para fazê-lo entender que ela não é uma propriedade dele, assim como nenhum outro empregado da fazenda também não o é. Madalena, ao ver que o marido é irredutível, desiste da luta, e também da própria vida. Descreve Candido (1992, p. 27): “Mas nessa luta não há vencedores. Acuada, brutalizada, Madalena se suicida. (...)”. Madalena torna-se vítima do marido. De nada adiantou a luta de Paulo Honório para submeter à mulher, porque, assim como ele, a mulher também é irredutível, é insubmissa. Porém, Madalena, ao morrer, consegue atingir o marido que se vê solitário e perdido em um desastre que ele mesmo provocou. E neste ponto da vida foi impossível continuar neutro, sem demonstrar o sentimento de

que fora tomado. Descreve a angústia de sentir-se sozinho, embora não tenha feito essa demonstração às pessoas que conviviam com ele – somente o fez ao leitor.

As demais personagens não têm grande importância para o narrador. São inseridas apenas para que a história não perca a continuidade, já que ao autor-personagem interessa apenas uma imagem: a de Madalena. Candido (1992, p. 24) menciona que “Os personagens e as coisas surgem nele (*no livro*) como meras modalidades do narrador, Paulo Honório, ante cuja personalidade dominadora se amesquinham, frágeis e distantes.” Então, a imagem de Paulo Honório é tão forte que distancia as demais, e isso se dá devido ao fato de ser ele o narrador, aquele que comanda a descrição dos acontecimentos, assim se torna importante o que lhe interessa apenas. Viana (1990, p. 33) diz: “(...) os outros, quase sempre figuras, sem importância, girando à sua volta, acatando suas resoluções. Uma delas, querendo enfrentá-lo, passou a viver num clima de desespero e apelou para o suicídio.” Fazendo assim, referencia às personagens secundárias em relação a Paulo Honório. Comentando também o suicídio de Madalena, a única que ousou enfrentar o marido.

Apesar da rudeza de seu caráter, vamos perceber no decorrer da narrativa que Paulo Honório é, no seu íntimo, frágil. Bastou perder a mulher para que pudéssemos perceber o quão frágil ele se tornou, deixando de lado o seu orgulho que lhe impediu de declarar seu amor quando ela estava viva. Escreveu o romance por um único motivo: reencontrar-se, para descobrir onde se perdeu, e para ordenar a sua vida.

Bosi (1994, p. 392) define a literatura de Graciliano como sendo uma literatura de tensão crítica, referindo-se ao grau de tensão que existe entre o ‘herói’ e o seu mundo. Explica: “Romances de tensão crítica: o herói opõe-se e resiste agonicamente às pressões da natureza e do meio social, formule ou não em ideologias explícitas, o seu mal-estar permanente (...)” Por mais que Paulo Honório estivesse sofrendo com as pressões naturais e da sociedade, ele resistiria para que ninguém percebesse, e foi isso que fez o romance inteiro: ocultou do leitor a fragilidade que estava em seu íntimo, revelando, ao final da trama, que era tudo o que procurou ocultar: um homem indeciso, frágil, sentimental, que se escondia por trás do seu egoísmo. Esta tentativa de ocultar-se por trás de uma máscara de rudeza se dá pelo seu isolamento, pois, é possível perceber que não tem muita ligação com sua família ou com amigos. Segundo o mesmo autor, os romances que

atingem o nível da tensão crítica, relatam melhor a realidade social em que o mundo vive. Não há ingenuidade e se revelam as lesões que a sociedade causa nos homens. Neste nível também não se apresentam muitas personagens secundárias. As personagens principais são relacionadas com a paisagem e com a sua realidade socioeconômica, e desta relação se faz todo o enredo.

Candido (1992, p. 29) conseguiu descrever os sentimentos deste homem rico em propriedades, mas pobre de espírito:

O seu caso é dramático porque há fissuras de sensibilidade que a vida não conseguiu tapar, e por elas penetra uma ternura engasgada e insuficiente, incompatível com a dureza em que se encouraçou. Daí a angústia deste homem de propriedade, cujos sentimentos eram relativamente bons quando escapavam à tirania dela, e que descobre em si mesmo estranhas sementes de moleza e lirismo, que é preciso abafar a todo custo.

E mais uma vez defende-se os atos cruéis de Paulo Honório, e culpa-se o seu passado, as dificuldades pelas quais passou antes de tornar-se dono da fazenda São Bernardo. Candido (1992) nos mostra o protagonista como homem sofredor, que sofre pelas tiranias da angústia, e que só é capaz de demonstrar bons sentimentos quando consegue, por força, livrar-se desta angústia. Descobriu, pois, Paulo Honório, que há em si algo de moleza e lirismo, porém tenta abafar estes sentimentos provavelmente numa tentativa de não se deixar abater e de continuar demonstrando rudeza e brutalidade, que afinal era seu modo de encarar a sociedade. A sensibilidade, que segundo Candido (1992), não pode ser completamente tapada pela vida rude, se exprime somente depois da tragédia, quando Paulo Honório comete deslizes deixando que o leitor perceba a sua presença.

Com a morte de Madalena veio um inesperado sofrimento. Inesperado porque durante a leitura de todo o romance não é possível perceber que haja amor no seu sentimento e se esperou então que não sofresse. Continuou pensando em Madalena mesmo anos após a morte dela. Em suas próprias palavras: “E pensava em Madalena. Creio na verdade que a lembrança dela sempre esteve em mim.” (p. 153; cap. 32). E assim demonstra ao leitor o que manteve implícito em si perante as demais personagens, com quem se relacionava.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos, com este estudo, várias explicações aceitáveis que nos levam a crer numa justificativa para o comportamento humano. Cada qual se porta tendo como base o meio em que vive, os lugares que frequenta e as pessoas com que se relaciona.

Julgo que o homem do campo seja um caso a se estudar. Não há uma forma pré-estabelecida de se interpretar o comportamento das pessoas, e muitas vezes não convém que o façamos, porém, aqui, utilizo-me da licença literária e o faço.

A literatura é ampla o suficiente para nos dar subsídios a estudos diversos, e cada autor se encarrega de nos dar um material infundo com conteúdo de inestimável valor.

O homem do campo, em geral, não tem acesso, ou não tem interesse por este conteúdo. Cabe ao educador, em cumprimento do seu papel, levar ao jovem agricultor este material, e não somente levar, mas esmiuçar, mastigar este conteúdo e dá-lo ao aluno, como meio para que este possa se aprimorar no conhecimento de si próprio e de seu contexto de vida.

Mostrar ao aluno do campo que até mesmo a literatura interessou-se por seu modo de vida é para ele um estímulo, e pode se tornar um meio de aprimoramento, uma crítica construtiva, em segmento ao trabalho que se conclui aqui.

Em consideração ao trabalho realizado, volto a salientar que a literatura abre muitos caminhos de pesquisa, e pode ser uma fonte mais interessante que a própria teorização.

REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin; CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Tempos da Literatura Brasileira**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1990.

AMORA, Antônio Soares. **História da Literatura Brasileira**. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1973.

ARNOLD, Matthew. **On the Modern Element in Literature**. (Aula inaugural na Universidade de Oxford. 04-12-1857). In COUTINHO, Eduardo, F.; CARVALHAL, Tânia Franco (orgs.). **Literatura Comparada – Textos Fundadores**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e Confissão – Ensaio sobre Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

COUTINHO, Afrânio. **Machado de Assis na Literatura Brasileira**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tânia Franco; (orgs.). **Literatura Comparada – Textos Fundadores**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LAFETÁ, João Luiz. **A Dimensão da Noite e outros Ensaio**. Org. de Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 25ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1976.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VIANA, Vivina de Assis. **Literatura Comentada – Graciliano Ramos**. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1990.